

## PARQUE DAS ÁGUAS

Na Franca do final dos anos 1960, a implantação do bairro São José e abertura daquela que seria a avenida 7 de Setembro trouxe as fartas águas das nascentes da antiga “chácara das freiras” para o sistema viário. Após a inauguração do estádio Lanchão em 1969, a construção de um conjunto de casas de classe média nalgumas quadras do loteamento e do teatro municipal trouxeram o desenvolvimento urbano para a região, embora a avenida 7 de Setembro ainda estivesse sem pavimentação. No final dos anos 1970, durante o primeiro mandato do prefeito Maurício Sandoval, a avenida foi pavimentada para dar acesso ao novo terminal rodoviário da cidade e sob o asfalto foi instalada galeria pluvial com tubos metálicos. As águas das nascentes da região, inclusive as drenadas sob a rodoviária, foram todas enterradas sob a avenida.

Alguns anos depois, já no governo de Ary Balieiro, a Prefeitura deu às áreas verdes da região o nome de “Parque das Águas” pela grande quantidade de nascentes, mas não o implantou como deveria. A urbanização crescente da área e sua impermeabilização, além da má qualidade do serviço inicial, levaram a avenida a sofrer interrupções de tráfego por ruptura dos tubos nos anos 1990, logo no início do governo Gilmar Dominici, que substituiu os tubos metálicos por anéis de concreto armado, que estão lá até hoje, mais duráveis. No governo seguinte ao de Gilmar, a Câmara Municipal resolveu fazer um concurso de projetos e construiu sua nova sede numa das áreas públicas da região antes ocupadas por áreas verdes e pelas antigas e vingativas nascentes de água submersas.

Surpresa: não é que construir um edifício de grande porte sobre um terreno com águas soterradas, chamadas anteriormente pelo simpático nome de “Parque das Águas”, poderia não ser bom para os cofres públicos? A cada chuva forte, ocorreram alagamentos no prédio da Câmara. Novas obras foram feitas. Mais recentemente, nova reforma que se arrasta há tempos sofre com a busca de uma solução duradoura para o prédio, os gastos de dinheiro público já despendidos com obras para sanear a região mostram que o prédio da Câmara não deveria ter sido construído naquele local. Sem contar que, com tantos imóveis públicos abandonados pela Prefeitura, outro pedaço da área foi cedido para o Estado construir uma instalação policial, impermeabilizando ainda mais um trecho que era verde.

O fato é que a natureza não deixa ninguém impune quando é alterada sem observar critérios técnicos rigorosos e científicos, agora ainda mais necessários com a emergência climática. O caso da ocupação com construções do antigo “Parque das Águas” é exemplar dessa mentalidade negacionista. Para especialistas, o controle das águas no espaço urbano é mais do que nunca fundamental, pois as mudanças dos ciclos das chuvas, cada vez mais concentradas em grandes volumes de uma só vez devem ser enfrentadas de forma diferente, não há obra de engenharia que dará conta exclusiva da resolução de enchentes urbanas.

É necessário aumentar as áreas verdes urbanas, reter o máximo de água possível em lotes privados e em grandes parques públicos verdes e reflorestados, reduzir áreas impermeabilizadas com asfalto ou concreto e a também a velocidade das águas no sistema de drenagem para o fundo dos vales. Em Franca, infelizmente, como o atual prefeito é negacionista, o que vemos são o anúncio cândido e sorridente de mais obras de recapeamento de ruas com asfalto mantendo o já alto nível de impermeabilização das ruas, urbanização de áreas de mananciais do rio Canoas, não há planos para instalar novos parques e áreas verdes, não há fiscalização de áreas permeáveis em lotes privados e calçadas, enfim, o contrário daquilo que a ciência está dizendo para fazer e tornar as cidades mais resilientes à emergência climática. A cidade vai pagar caro os efeitos das obras da “Prefeitura Fumaça”, que também prefere ônibus a diesel que elétricos.

Mauro Ferreira é arquiteto

